



A atualidade do pensamento de Paulo Freire para a emancipação popular

The Contemporary Relevance of Paulo Freire's Thought for Popular Emancipation

La relevancia del pensamiento de Paulo Freire para la emancipación popular

■ Aline P. Pereira¹

e-mail: alineppereira@yahoo.com.br

■ Vantuil Pereira²

e-mail: vantuilpereira@nepp-dh.ufrj.br

Resumo

O artigo discute a atualidade do pensamento de Paulo Freire, reivindicando a importância da concepção de Educação e autonomia defendida pelo educador no cenário político brasileiro de ascenso do conservadorismo e do neoliberalismo. Ao dialogar com a sua realidade, ele compreendeu que o homem se torna livre no percurso, pela experiência e saberes compartilhados. A investigação adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e histórico-interpretativa, baseada na leitura de obras de Freire e no diálogo com Antonio Gramsci, Henry Giroux, Maurice Halbwachs e Tzvetan Todorov. Também mobiliza dados educacionais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e documentos públicos relativos às disputas em torno da liberdade de ensinar. O artigo se dividirá em duas partes. Na primeira, indicaremos o lugar do autor pernambucano como intelectual orgânico, visto que, ao se posicionar eticamente a partir de uma educação crítica, empreendeu uma visão de mundo contra hegemônica. Na segunda parte, refletiremos sobre os combates pela memória e o lugar da produção do autor dentro do contexto atual, indicando que, ao partir de um pensamento criticamente referenciado, ele se colocou em oposição a um conjunto de práticas e discursos que se pretendem neutros mas visam a manutenção da realidade desigual no campo da educação, na economia e nas relações sociais.

Abstract

The article discusses the contemporary relevance of Paulo Freire's thought of Paulo Freire's thought by reaffirming the importance of the concepts of education and autonomy defended by the Brazilian educator within the country's political context, marked by the rise of conservatism

Palavras-chave: Autonomia – Cidadania – Intelectual orgânico – democracia – Educação

Keywords: Autonomy; Citizenship; Organic Intellectual; Democracy; Education.

Palabras-clave: Autonomía – Ciudadanía – Intelectual orgánico – Democracia – Educación

¹ Doutora em História Social pela UFF; docente da SME/RJ.

² Doutor em História Social pela UFF; docente da UFRJ.

and neoliberalism. Through his engagement with concrete reality, Freire understood that human beings become free through an ongoing process shaped by experience and shared knowledge. The study adopts a qualitative, bibliographical, and historical-interpretive approach, based on the reading of Freire's works and on dialogue with Antonio Gramsci, Henry Giroux, Maurice Halbwachs, and Tzvetan Todorov. It also draws on recent educational data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics and on public documents related to disputes over the freedom to teach. The article is divided into two parts. The first examines the position of the Pernambuco-born author as an organic intellectual, arguing that, by adopting an ethical stance grounded in critical education, he developed a counter-hegemonic worldview. The second reflects on struggles over memory and on the place of Freire's intellectual production in the contemporary context, showing that, by grounding his thought in critical references, he opposed a set of practices and discourses that claim neutrality while contributing to the maintenance of inequality in education, the economy, and social relations.

Introdução

“O que não é, porém, possível sequer pensar é em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto”. Assim escreveu Paulo Reglus Neves Freire, pouco antes de falecer, em 2 de maio de 1997, em sua segunda *carta pedagógica: do direito e do dever de mudar o mundo* (Freire, 2000, p. 53).

As últimas ideias de Freire foram organizadas e encaminhadas à edição pela companheira Ana Maria Freire, com quem ele se casou na década de 1980. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Nita Freire, como é conhecida, tem se dedicado a cuidar do legado do educador pernambucano – patrono da educação brasileira desde abril de 2012 (Brasil, 2012), contemplado com cerca de 48 títulos, entre eles doutor honoris causa, concedidos por universidades e organizações brasileiras e do exterior, entre elas como Harvard, Cambridge e Oxford.

Paulo Freire é internacionalmente respeitado por sua compreensão político-libertadora da educação, capaz de tornar o sujeito cidadão pleno em autonomia não somente pelo entendimento das letras, mas também por possibilitar a ampliação dos horizontes e experiências em relação ao seu entorno e seu lugar no mundo. Afinal, como dito por ele, “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (Freire, 2014, p. 43).

E, por força de nosso ofício, lembramo-nos de George Duby, quando o mesmo afirma que “o historiador tem o dever de não se fechar no passado de refletir assiduamente sobre os problemas e as questões de seu tempo” (Duby, 1998, p. 8), para pensar o que está por trás dos ataques proferidos pelo atual presidente da República e seus apoiadores à figura de Paulo Freire.

Ao final de 2019, quando o governo de Jair Bolsonaro decidiu não renovar o contrato

Artigo Article

de gestão da TV Escola com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, o principal representante do Poder Executivo referiu-se ao educador pernambucano como “energúmeno” (Correio Braziliense, 2019). Não foi a primeira vez que a memória de Paulo Freire era vilipendiava, sem qualquer respeito à liturgia compatível com o cargo, por Bolsonaro ou um dos seus asseclas, a exemplo do grupo conservador Escola Sem Partido – sobre o qual falaremos mais adiante.

Em seu conjunto, tais posicionamentos fazem parte de uma corrente que pode ser qualificada como ultramontana (conservantista) ou neofacista (Netto, 2011) pois pregam o ideal de Educação que priorize a formação profissional tecnicista, cujo currículo deve estar voltado para as exigências do mercado de trabalho, e, por conseguinte, defendem um sistema de disciplinar que não questione a realidade brasileira, orientada nos moldes de uma educação cívica nacional. O mesmo grupo conservador parte do pressuposto de que a ideologia é conceito inerente exclusivamente à esquerda e que as posições por eles assumidas seriam, por si mesmas, isentas de conteúdo político (Löwy, 2009). Por fim, o modo operandi desse segmento que, por ora, ocupa o Poder Executivo é assimilar o discurso da neutralidade na Educação como política de governo e tomar algumas personalidades, a exemplo do Paulo Freire, como símbolos a serem combatidos, tais como se inimigos fossem (Paxton, 2007, p. 70).

Ao dialogar com a sua realidade, Paulo Freire compreendeu que o homem se torna livre no percurso, pela experiência e saberes compartilhados. Com suas concepções educacionais, propostas e posicionamento diante dos educandos, buscou lhes dar lhes voz ativa na História e compreender o processo de inserção econômica e social, que inevitavelmente interferem no processo pedagógico e nas expectativas dos alunos.

Expectativas essas muitas vezes ceifadas para milhões de brasileiros, dada a própria formação excludente do país e de um arcabouço institucional tão distante das camadas mais populares, podendo ser observada diante das desigualdades educacionais brasileiras. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais caiu para 4,9% em 2025. A redução, embora relevante, não elimina diferenças regionais, raciais e geracionais. Os resultados do Censo Demográfico de 2022 mostraram taxas de analfabetismo de 4,3% entre pessoas brancas, 10,1% entre pessoas pretas, 8,8% entre pessoas pardas e 16,1% entre indígenas, evidenciando que a universalização formal do direito à educação não suprimiu as desigualdades historicamente acumuladas (IBGE, 2023; IBGE, 2026).

O analfabetismo também apresenta variações expressivas quando se considera a cor ou raça da população. Embora os indicadores educacionais tenham avançado nas últimas décadas, as desigualdades raciais permanecem estruturais. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — PNAD Contínua Educação 2025 (IBGE, 2026), o Brasil contava com aproximadamente 8,4 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais, o equivalente a 4,9% da população dessa faixa etária.

Isto corrobora com o fato de a Educação, em um país cuja existência reproduz a lógica escravocrata, ainda não é um direito concretizado para todos, seja por falta de políticas públicas, seja por falta de vontade política efetiva em encaminhar um projeto pedagógico

emancipador tal qual defendido por Paulo Freire, cujas ideias permanecem atuais passados mais de um século de nascimento.

Fruto de pesquisa realizada entre 2022 e 2026, neste artigo, propomos refletir sobre as razões pelas quais Paulo Freire e a concepção político-pedagógica por ele desenvolvida se consolidaram como referências para uma educação emancipadora, bem como analisar por que esse legado tem sido combatido por setores conservadores cristãos que mobilizam a defesa da chamada “família tradicional” no debate educacional brasileiro, tomando o educador pernambucano como aquele capaz de “desvirtuar” a vocação “nacionalista”, “pacífica” e “ordeira” dos nossos jovens. Qual a oposição “ideológica” proclamada por Freire que tanto incomoda este segmento?

Uma das hipóteses apresentada e desenvolvida nas próximas linhas é a de que Paulo Freire – tal como intelectual orgânico descrito pelo filósofo italiano Antonio Gramsci – expressou uma visão crítica de mundo que se espalhou para além da Educação, onde o questionamento da realidade só pode ser compreendido a partir das percepções das desigualdades, das opressões e do conflito inerentes à sociedade brasileira.

Metodologicamente, o artigo realiza análise bibliográfica e histórico-interpretativa. As obras de Paulo Freire constituem o núcleo documental, especialmente. A leitura é articulada às formulações gramscianas sobre hegemonia e intelectuais, aos estudos de Giroux (1997) sobre professores como intelectuais, à teoria da memória coletiva de Halbwachs (1990) e à reflexão de Todorov (2012) sobre os inimigos internos da democracia. Dados do IBGE e decisões do Supremo Tribunal Federal são utilizados para contextualizar a atualidade dos problemas discutidos.

Além desta introdução e da conclusão, o artigo está organizado em duas partes. Na primeira, intitulada “Paulo Freire: intelectual orgânico dos movimentos sociais”, examina-se a aproximação entre o pensamento freiriano e as formulações de Antonio Gramsci, com destaque para a educação como prática política, a função do intelectual orgânico e a construção de uma pedagogia crítica e emancipadora. Na segunda, denominada “Memória em disputa”, analisam-se os embates contemporâneos em torno do legado de Paulo Freire, os discursos de neutralidade educacional e as iniciativas conservadoras de restrição à autonomia docente, articulando essas questões às reflexões sobre memória coletiva, democracia e neoliberalismo.

Paulo Freire: intelectual orgânico dos movimentos sociais

Paulo Freire e o filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937) não foram contemporâneos. Entretanto, as ideias gramscianas influenciaram a produção intelectual do pensador brasileiro e de tantos outros no Brasil, afinados com a compreensão de que qualquer projeto político e educacional passa pelo questionamento e superação de uma estrutura de dominação. Além disso, ambos têm em comum o fato de terem sido perseguidos por governos autoritários e presos pelo regime fechado. Na prisão, Gramsci produziu parte significativa da sua obra teórica; Paulo o fez no período de permanência no exílio fora do Brasil, em localidades como La Paz, Santiago do Chile, Cambridge e Genebra (Saul; Voltas, 2017).

Artigo Article

Ao longo de sua atuação profissional, Paulo Freire contribuiu para complexificar o pensamento político de determinados atores sociais e suas respostas aos desafios de seu tempo, desafiando o status quo. Não à toa, por afirmar que o ato educativo é um ato político, poucos dias após a instauração da ditadura empresarial militar no Brasil, em 1964, Paulo Freire foi detido por mais de dois meses, evidentemente associado à “subversão comunista” que setores dominantes e militares diziam ameaçar o país (Löwy, 2009). No extremo oeste da América do Sul, participou de movimentos organizados, envolveu-se com trabalhadores das áreas rurais e produziu de forma significativa obras consagradas na área da Educação, a exemplo de *Pedagogia do Oprimido* (Freire; Shor, 1986, p. 77), traduzido para diversas línguas.

Do conjunto de formulações acerca da realidade política vivenciada por Antonio Gramsci, gostaríamos de destacar quatro questões importantes concernentes à sua produção teórica. A primeira diz respeito às características da sociedade existente na Itália da década de 1920, pois, havia elementos que a diferenciava do modelo Oriental, inexistindo nesta, uma separação concreta entre sociedade política e sociedade civil.

Outra questão a ser observada é que o autor tinha em foco os elementos superestruturais que visava romper com a visão tradicional de que a infraestrutura os determinava. Consequentemente, ele olhava com atenção para o papel da Cultura - o conjunto de elementos que fornecem ao indivíduo e ao coletivo concepções e conceitos a respeito da visão moral de mundo. Um terceiro ponto a observarmos na obra de Gramsci é o papel a ser cumprido pelo partido político, que, para o autor, carece de figuras capazes de construir, no campo da classe operária, elementos que se contraponham ao Estado edificado pela classe dominantes ou o bloco no poder. Dito de outro modo, formulariam uma contra hegemonia em oposição ao status quo. Este seria, segundo Gramsci, o papel a ser desempenhado pelos intelectuais, aos quais estaria determinado o papel de formular uma visão crítica da sociedade existente, produzindo, para tanto, juntamente com a classe, uma visão de Cultura e um conjunto de valores e de mundo para os grupos subalternos, capazes de se contrapor ao establishment (Freire, 1987).

O quarto destaque que gostaríamos de apontar é que, para o pensador italiano, intelectual, no sentido lato, pode ser compreendido como “todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo” (Gramsci, 2001, p. 110). No entanto, como veremos mais adiante, no âmbito dos partidos modernos, Gramsci apontava duas diferenciações sobre o intelectual: o tradicional, pertencente aos segmentos dominantes, e o orgânico, formulador dos grupos subalternos.

Antes de prosseguir com a descrição do que Antonio Gramsci entendia ser o intelectual orgânico (Gramsci, 2002, p. 93), é preciso mencionar – ainda que rapidamente – o lugar do intelectual no processo de construção da Cultura. Segundo o autor, o intelectual formaria um grupo social específico responsável pela coesão orgânica entre a estrutura e a superestrutura, o que se diferenciava da sociedade Oriental, sendo que sua ação se dava no âmbito da sociedade civil, podendo tanto garantir a manutenção do status quo, como produzir rupturas no seu interior – o que pretendemos indicar ao analisarmos a produção

de Paulo Freire.

Antonio Gramsci deu grande importância a organização do partido, aqui entendido como aquele capaz de incorporar várias frentes de luta, os diversos movimentos e entidades, não sendo necessariamente um tipo tradicional como se estrutura no Brasil (Saul; Voltas, 2017, p. 134). Este seria compreendido, conforme Carlos Nelson Coutinho, como um intelectual coletivo (Coutinho, 1982, p. 109). E, no interior desse coletivo orgânico, existiriam os seus formuladores, aqueles capazes de elaborar uma visão moral e intelectual de mundo.

Segundo o pensador italiano, caberia aos intelectuais orgânicos a função de dar organicidade de pensamento aos grupos subalternos, dar-lhes uma unicidade e coerência, além de contribuir para uma relação efetiva entre teoria e ação (Netto, 2011), bem como produzir uma capacidade de visão crítica da realidade, superando a concepção de vida de senso comum para uma visão superior (Gramsci, 2001, p. 100).

Parece-nos que é a partir dessa afirmação de Antonio Gramsci que poderemos conhecer o pensador brasileiro Paulo Freire (Gramsci, 2001, p. 100). Neste sentido Henri Giroux percebeu similitude na formulação do autor pernambucano com a do pensador italiano ao notar que, enquanto o primeiro afirmava que todo homem é um filósofo, o segundo entendia que todo homem é um intelectual, visto que estes constantemente interpretam e dão significado a seu mundo. Os oprimidos precisariam forjar os seus próprios intelectuais orgânicos (Giroux, 1997; Freire; Faundez, 1985, p. 39).

Na visão de Freire, o lugar do professor intelectual seria semelhante àquele formulado por Antonio Gramsci na medida em que, juntamente ao aluno, ele contribuiria com a formulação de uma Cultura alternativa e com a construção de uma nova ética, baseada no pensamento crítico.

Embora sejam imprescindíveis estas formulações, é preciso notar que a contribuição de Freire e o lugar por ele ocupado transformam-no no próprio intelectual dos movimentos sociais, concebendo análise crítica de mundo em contraposição a estrutura educacional que objetiva construir consensos dominantes.

Tal postura intelectual, nova, está contida em suas próprias formulações. Insistentemente, Paulo Freire se inseria dentro do que ele mesmo refletia. Segundo o autor, o exemplo é algo que deve seguir aquele que formula e educa (Giroux, 1997).

Sob este ponto de vista, retornamos ao autor italiano, para quem a função da filosofia da práxis é apresentar uma atitude polêmica em relação aos *status quo*, superando a maneira de pensar precedente, criticando o senso comum, procurando inovar com práticas críticas (Freire, 1997). Como intelectual orgânico, Freire percebe que o ato de educar, na escola e nos movimentos sociais, é uma atitude política, que possui um lugar determinante na organização da sociedade.

No processo de elaboração freiriano, ele busca a dialética, no sentido de movimento e transformação, para notar que a Educação não transforma por si só as pessoas e o mundo. Ela tem de estar articulada com uma atitude crítica – a da pergunta (Gramsci, 2001, p. 101), pois é parte de um processo que tem por finalidade a manutenção do establishment (Freire; Faundez, 1985, p. 45-51). No entanto, nota o autor, é no campo da Educação que se

Artigo Article

abre uma fresta para ação dos subalternos, pois é a partir dela que podem transgredir e resistir (Freire; Shor, 1986, p. 49).

Freire articula, assim, a compreensão particular que cabe à Educação: a de ensinar, de produzir crítica e de formar um conjunto de habilidades/competências. Mas não somente isso: necessita estar articulada com a totalidade – o olhar sobre o conjunto da sociedade para entender que os problemas do mundo se concentram na forma desigual de distribuição de riquezas, nas condições subdesenvolvidas em que os países como o Brasil se encontram e, ainda, pela vontade de mudar a realidade. Esta vontade, de acordo com Freire, começa por mudanças que aparentemente são pequenas, seja dentro de sala de aula, seja nos movimentos sociais.

Segundo Freire, o professor deve ter uma postura democrática, praticar um tipo de Educação dialógica, isto é, não podar o aluno em seus questionamentos. Um diálogo crítico (Freire; Faundez, 1985, p. 54), muda a forma de educar e produz um processo novo, democrático no sentido de se romper com a tradição autoritária na qual se constitui a nossa história (Freire, 1967; Freire; Shor, 1986, p. 24; Freire, 1997, p. 50, 52). Tal perspectiva humaniza, em primeiro lugar, o ato de ensinar e tal atitude ocorre pela indagação, pela pergunta e pelo questionamento (Freire, 1997, p. 66, 88). Ainda no campo da práxis, é necessária uma perspectiva transformadora, que toma o educador e o educando em condições iguais de ensino e aprendizagem. Tal perspectiva desloca o eixo do ensino, de uma postura onde o professor é o detentor do conhecimento para o do professor como orientador, como provocador e como um instrumento facilitador da compreensão do que se ensina.

Observemos que tais questões estão imersas em concepção intelectual que visa organizar e expressar formas novas, valores éticos (Freire; Faundez, 1985, p. 51; Freire, 1997, p. 18) e uma consciência ético-política educativa. Essa postura é elaborada de maneira que o próprio intelectual se ponha no processo em que ele está envolvido. É uma relação epistemológica onde a subjetividade ganha intensidade.

Esta última se materializa em uma postura educativa em que o próprio intelectual educa e é educado, com os alunos e com os movimentos sociais. Em Paulo Freire, o fazer juntos constitui a forma pela qual se desenvolve uma prática educativa dialógica, participativa e emancipadora. O educador, como intelectual, deve assumir uma postura de humildade frente ao conhecimento do Outro, ao mundo do Outro, a experiência do Outro (Freire, 1997, p. 18). É o estabelecimento de uma “relação diferente com o conhecimento e com a sociedade” (Freire; Shor, 1986, p. 17-18).

Educar é um ato político, posicionado ao lado daqueles que sofrem, isto é, de evidenciar como funciona a máquina que faz da escola um mecanismo de reprodução de determinadas formas de existência e ideologias. Só assim, então, começamos a operar com uma transformação dentro do próprio sistema e a contestá-lo. A Educação deve provocar o pensamento crítico e deixar de ser um mero reproduzidor de conhecimento conteudista somente, para se transformar em um ponto de partida que elucida novas formas de vida, faz perceber que nada está no nível do senso comum e que precisa ser problematizado a partir da experiência. Percebamos, portanto, que a Educação pode nos colocar em oposição ao *status quo*.

Ao formular um conjunto de procedimentos metodológicos e produzir uma prática coerente e educativa, Paulo Freire corporifica, ele próprio, o intelectual orgânico que organiza uma forma de educar e dissemina nova forma de compreensão do mundo a partir de postura ética e moral.

Memória em disputa

Compreender o tempo e o espaço em que vivemos é tarefa necessária a cada um de nós. E a memória, tal como fenômeno social, tem função primordial nesse processo, de forma que consigamos compreender as contestações pulsantes ao nosso redor. De acordo com Maurice Halbwachs, cada indivíduo carrega suas lembranças pessoais, todavia é um membro pertencente a uma dada rede de sociabilidade, tecida no ambiente escolar, na vizinhança, no espaço profissional, na intimidade familiar, na participação em uma congregação religiosa e nos grupos de referência peculiares a esse indivíduo (Halbwachs, 1990, p. 32). A memória é, portanto, influenciada por valores econômicos, culturais e políticos; silêncios e esquecimentos. A memória individual dialoga ainda com a classe social a que o indivíduo pertence, compreendendo, por conseguinte, as experiências pessoais tanto quanto as coletivas e marcadas pelas vivências de classe e por uma consciência que se forma no processo histórico, do qual não se prescinde a análise e compreensão. É nesse processo em que a memória coletiva de cada sociedade é forjada.

Segundo Halbwachs,

A memória individual não está inteiramente isolada, fechada num homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele e que são fixados pela sociedade. Mas, ainda o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos, que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (Halbwachs, 1990, p. 58).

Fato é que na contemporaneidade, há latente e evidente disputa pela memória coletiva. Com viés ideológico que interessa às classes dominantes pela possibilidade de controle das instituições e manutenção do status quo, temos em meio a esse embate as correntes de interpretação revisionista ou do negacionismo histórico, cujo perfil liberal-conservador refuta qualquer perspectiva crítica. Se o negacionismo afirma não ter havido ditadura, nazismo, fascismo, escravidão e afins; o revisionismo vai, por outro lado, interpretá-los à luz que melhor lhe convenha para disseminação de um dado projeto político. É nesse sentido que vimos crescer, após a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018 – seja por meio do discurso ou de prática antidemocráticas – críticas àquelas que denunciam os horrores da ditadura empresarial-militar ou ainda um esvaziamento financeiro e político das instâncias produtoras de conhecimento público e de pesquisa, tais como as universidades, os institutos federais, bem como as agências de fomento científico, a exemplo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES) e do

Artigo Article

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Em meio a esse cenário, emergem ainda teorias conspiratórias de dominação comunista global, que, embora estapafúrdias, estão inseridas na disputa por uma dada memória coletiva, construída sob os escombros dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, mas que rondam o cenário nacional há algumas décadas. Ao associar petismo e quaisquer pensamento no campo crítico à esquerda e ao comunismo, o governo de Jair Bolsonaro encontrou terreno fértil para disseminar o ódio, manipular e alimentar seu eleitorado e estabelecer alianças com a bancada da Bala, da Bíblia e do Boi (Halbwachs, 1990, p. 58). “A bandeira do Brasil jamais será vermelha”, disse o atual Presidente do Brasil durante a solenidade de posse, 1º de janeiro de 2019, explicitando sob qual ideologia as diretrizes do seu governo estariam alicerçadas.

Nesse contexto, tendo em voga visão idílica da ditadura, admissão da tortura, esvaziamento das ciências humanas e sociais, e demonstrações de individualismo exacerbado por parte do presidente e os seus seguidores messiânicos, a memória de Paulo Freire tem sido vilipendiada, já que o educador pernambucano foi alvo incontestemente de declarações desrespeitosas envolvendo o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub (2019-2020), e do próprio chefe do Executivo, o então mandatário Jair Bolsonaro. Para este último, Paulo Freire é um energúmeno; para Weintraub, “Paulo Freire é um vodu sem comprovação científica” (Gazeta do Povo, 2019) – entre outros ataques à figura do professor.

Quando se tem em mente o fato de o educador, um dos mais citados em trabalhos científicos no mundo, ter denunciado o desejo da classe dominante em manter o controle sob os oprimidos para, assim, lhes prevalecer, objetificar e perpetuar as estruturas de dominação, compreende-se porque, no atual contexto, Paulo Freire é recorrentemente desqualificado por bolsonaristas e simpatizantes.

Mesmo antes de a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder central, Paulo Freire também vinha sendo criticado pelo grupo conservador “Escola Sem Partido” – criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, cuja formulação atribui à família e à Igreja primazia na educação moral de crianças e jovens (Penna, 2017; Frigotto, 2017). O mesmo movimento ganhou visibilidade ao longo dos anos, mais especialmente em 2014, quando conseguiu levar à tramitação projetos de lei sobre o tema no Congresso Nacional e algumas Câmara Municipais, com o apoio de Flávio e Carlos Bolsonaro, respectivamente. Em rede social, Miguel Nagib – ideológico do movimento e simpatizante da família Bolsonaro – publicou foto de um vampiro, dentro de um caixão, com a seguinte legenda: “Conde Gramsci - o vampiro que vampiriza a educação brasileira, com a ajuda de Paulo Nosferatu Freire, pode estar com os dias contados”.

Também conhecido como “Lei da Mordaça”, o Escola Sem Partido segue firme em seu objetivo de impedir o debate crítico no ambiente educacional, cerceando a autonomia pedagógica, a liberdade de expressão e pensamento democrático e plural nas escolas e instituições de ensino superior. Pregam a criminalização de professores e o ensino apartado de qualquer perspectiva crítica, evidenciando o absurdo da estratégia discursiva da ideologia de gênero como recurso para a manutenção de um projeto de sociedade que violenta e mata as mulheres e as pessoas LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais,

travestis e transgêneros e demais pessoas que tenham outras identidades de gênero), em nome de um projeto excludente, que, pretendem normalizar a exclusão como política de Estado.

Em abril de 2020, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, declarou inconstitucional a Lei Municipal nº 1.516/2015, de Novo Gama, em Goiás, que proibia a utilização, nas escolas públicas municipais, de materiais didáticos com referências a questões de gênero. No julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 457, o Tribunal entendeu que a norma invadia a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e violava princípios constitucionais como a igualdade, a laicidade do Estado, a liberdade de aprender e ensinar, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e o respeito à diversidade (Brasil, 2020).

Após aquela decisão do STF, o movimento reacionário Escola Sem Partido publicou no twitter mensagem que incentiva a violência física contra os docentes, dizendo que: “Ao declarar inconstitucionalidade de leis que proíbem ideologia de gênero no ensino fundamental, STF pode acabar levando pais a fazer justiça com as próprias mãos para defender a integridade psíquica e moral dos seus filhos e o direito sagrado de educá-los. Professores que se cuidem”.

O grupo afirmar pretender promover apenas a ideologia que defende, visando dessa maneira combater o legado e a memória de Paulo Freire – para quem Educação e ação política são indissociáveis, sobretudo porque não existe imparcialidade e conhecimento neutro. Como disse Freire, “a educação é uma prática política e o docente, como qualquer outro cidadão, deve fazer sua escolha” (Freire, 2008, p. 49).

Segundo Paulo Freire,

Creio que nunca precisou o professor estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra. Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho (Freire, 1997, p. 38).

Paulo Freire enfatiza o diálogo, a pluralidade de ideias e a coexistência delas de forma respeitosa, mas é atacado principalmente em função de uma conjuntura em que determinados segmentos sociais tornaram-se cada vez mais intolerantes e atrelados a um pensamento uniforme, tal como se esse fosse o único a ser validado em nome das vontades de uma suposta maioria. Nesse sentido, é fortuito mencionarmos o filósofo e linguista franco-búlgaro Tzvetan Todorov em *Os inimigos íntimos da democracia* (Todorov, 2012),

Artigo Article

obra em que percorre os paradoxos e ambivalências inerentes às sociedades democráticas. Para ele, a democracia contém em si elementos que a ameaçam e “a novidade do nosso tempo é o fato de essas forças serem superiores às que a atacam de fora. Combatê-las e neutralizá-las é ainda mais difícil porque se afirmam de espírito democrático e, por isso, detêm as aparências da legitimidade” (Todorov, 2012, p. 10).

Um desses elementos, como indica Todorov, está contido na desmesura entre os ideais de povo, liberdade e progresso, que, quando sobressaem um ao outro, criam as condições para o populismo, o ultraliberalismo e o messianismo político – o que aponta serem os inimigos internos da democracia. O autor afirma que “o primeiro adversário da democracia é a simplificação que reduz o plural ao único e assim, abre caminho para a desmesura” (Todorov, 2012, p. 17).

É no cerne das democracias modernas que o neoliberalismo encontrará as condições ideais para se reproduzir, exaltando o desejo do indivíduo em detrimento do da coletividade, mas, principalmente, mercantilizando direitos e valores. Como apontado pelo autor, se a liberdade é exigência fundamental para a existência de uma sociedade democrática, ela também pode se transformar em ameaça a esse mesmo regime ao uniformizar, paradoxalmente, o que os indivíduos leem, veem, pensam, consomem.

A democracia padece da sua desmesura, a liberdade torna-se aí tirania, o povo transforma-se em massa manipulável, o desejo de promover progresso torna-se espírito de cruzada. A economia, o Estado e o direito deixam de ser meios para o desenvolvimento de todos e fazem agora parte de um processo de desumanização (Todorov, 2012, p. 205).

Desumanizar é a chave-mestra das operações no mundo em um mundo neoliberal, tanto no campo das relações de trabalho e na valoração de direitos constitucionais, como acesso à saúde, moradia e à Educação, que mitigariam um cenário de desigualdade e incertezas. Desumanizar é prática recorrente adotada pelos defensores de posturas ultraconservadoras para legitimar o *status quo*; assumem-na para aniquilar as diferenças que lhes incomodam, partem para a desqualificação, mentiras ou silenciamentos – tal como feito pelos ideólogos do Escola Sem Partido no que diz respeito à memória e ao legado de Paulo Freire. Recusam a dialética e buscam impor um pensamento único travestido de uma falsa concepção de liberdade do educando, quando, na verdade, ofertam a ideologia do pensamento padronizado.

Não questionam as contradições de uma sociedade heterogênea, sobretudo em um país tão multifacetado enquanto o Brasil. Não praticam a tolerância, aquela que, segundo Paulo Freire, não se confunde com benevolência e é “virtude da convivência humana” (Freire, 2013, p. 26). Refutam a dialética, desabonam a importância e a autonomia dos professores, que se tornam figuras suspeitas e maculadas de mau-caratismo. Projetos que pregam a falsa neutralidade diante da vida reproduzem as engrenagens de uma estrutura desigual que Paulo Freire tanto se empenhou em combater.

Para o educador pernambucano, uma Educação que favoreça o desenvolvimento

crítico e a autonomia do cidadão é condição necessária para a liberdade plena, em comum, com capacidade “de optar e decidir” (Freire, 2014, p. 110) em prol de um mundo mais justo. Importante mencionarmos que não se toma a Educação de modo instrumental, visando à formação que possibilite a inserção no mercado de trabalho, tal como o fazem setores que amparados pela lógica empresarial sob a agenda neoliberal ditada pelos organismos internacionais. É, sim, concebida enquanto o processo dialético a ser percorrido para a emancipação -- aquela que humaniza, pois, “se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é” (Freire, 1987, p. 64), afirma Paulo Freire.

Segundo o professor, a “pedagogia do oprimido é aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade” (Freire, 1987, p. 43). Para que tal condição fosse alcançada, de fato, Freire defendeu a superação da contradição entre opressores e oprimidos, que estão imersos em uma relação violenta que os desumaniza, tais como seres duais. A grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos seria, nas palavras do citado educador, libertar-se a si mesmos e aos seus opressores, tais como seres para si.

Conclusão

A análise desenvolvida permite concluir que a atualidade do pensamento de Paulo Freire não decorre da existência de um conjunto invariável de técnicas, mas de uma concepção ético-política da educação. Ao vincular conhecimento, diálogo, autonomia e transformação social, Freire oferece instrumentos para compreender a escola como espaço contraditório, no qual se produzem tanto adaptações quanto resistências.

A aproximação com Antonio Gramsci permitiu compreender Freire como intelectual orgânico dos movimentos populares. Sua produção não se separou das experiências de alfabetização, das lutas sociais e dos projetos de democratização. Ao mesmo tempo, a categoria de intelectual orgânico evidencia que o educador não substitui a ação dos sujeitos coletivos: sua função é colaborar para que grupos subalternizados organizem criticamente suas experiências e construam capacidade de intervenção.

As disputas pela memória de Paulo Freire mostram que a educação continua sendo um terreno de conflito. Ataques à autonomia docente, tentativas de censura curricular e discursos de neutralidade revelam projetos distintos de sociedade. A defesa da educação democrática exige pluralismo, rigor científico, respeito aos direitos fundamentais e condições para que professores e estudantes participem da produção do conhecimento.

Por fim, os dados educacionais recentes demonstram avanços na redução do analfabetismo, mas também expõem desigualdades raciais, regionais e geracionais persistentes. Nesse cenário, a pedagogia freiriana permanece necessária não como método fechado, mas como horizonte crítico para interpretar o mundo e agir sobre ele. Sua atualidade reside, sobretudo, na afirmação de que a emancipação popular se constrói por meio da participação consciente, do diálogo e da ação coletiva orientada pela dignidade humana. Atualizar Paulo Freire, portanto, significa submetê-lo ao diálogo com novos problemas e sujeitos. Sua obra permanece fecunda quando mobilizada para fortalecer a educação pú-

Artigo Article

blica, a autonomia docente e discente, a leitura crítica das tecnologias e a construção de formas coletivas de emancipação. A esperança, nessa perspectiva, não substitui a ação: orienta uma práxis capaz de transformar a experiência presente em possibilidade histórica (Freire, 1992).

Referências

BRASIL. Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 abr. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 457/GO. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Julgamento virtual: 17 a 24 abr. 2020. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

CORREIO BRAZILIENSE. Bolsonaro diz que TV Escola “deseduca” e chama Paulo Freire de “energúmeno”. Brasília, DF, 16 dez. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2019/12/16/interna-educacaobasica-2019,814436/bolsonaro-diz-que-tv-escola-deseduca-chama-paulo-freire-de-energumeno.shtml. Acesso em: 15 maio 2026.

DUBY, Georges. Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

F

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da tolerância. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 19. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2008.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola "sem" Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GAZETA DO POVO. "Paulo Freire é um vodu sem comprovação científica", diz Weintraub. Curitiba, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/breves/paulo-freire-e-um-vodu-sem-comprovacao-cientifica-diz-weintraub/>. Acesso em: 15 maio 2026.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: alfabetização: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2025*. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Artigo *Article*

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 35-48.

SAUL, Alexandre; VOLTAS, Fernanda Quatorze. Paulo Freire e Antonio Gramsci: aportes para pensar a formação de professores como contexto de construção de práxis docentes contra-hegemônicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 11., 2017, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: ABRAPEC, 2017.

TODOROV, Tzvetan. Os inimigos íntimos da democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Como citar:

PEREIRA, Aline P.; PEREIRA, Vantuil. A atualidade do pensamento de Paulo Freire para a emancipação popular. Revista Metaxy, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v.7, n. 7.1, p. 200-214, 2026. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>